



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 05/2021

CARTA-CONTRATO N. 05/2021

PROCESSO SEI N. [0001492-67.2020.6.22.8000](#)

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA PROVALORE CONSULTORIA DE GESTÃO E TREINAMENTO GERENCIAL LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PLATAFORMA, PARA PROCEDER A REVISÃO E O ALINHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13 com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893/SSP-RO e CPF 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **PROVALORE CONSULTORIA DE GESTÃO E TREINAMENTO GERENCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 12.991.627/0001-30, com sede no endereço: SCLRN 705, Bloco E, loja 08, Parte TP – Asa Norte, CEP.: 70.730-550, em Brasília/DF, Telefone(s): (61) 4042-3586/ (61) 98111-3586; E-mail(s): joel@provalore.com.br, neste ato representada pelo Senhor **JOEL SOLON FARIAS DE AZEVEDO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG ° 8020043025 -SSP/RS e CPF 366.629.330-15.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/1993 e alterações subsequentes, a Instrução Normativa TRE-RO 004/2008 e, supletivamente, a Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras da Lei



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), bem como Resolução TSE 23.234/2010 e Resolução CNJ nº 325/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 25, II c/c artigo 13, III da Lei 8.666/1993 e Carta-Contrato com fulcro no artigo 62 da Lei n. 8.666/93.

Ato de Autorização da Despesa e Ratificação da Inexigibilidade de Licitação: Despacho n. 311/2021-PRES/DG, de 19/03/2021 (evento [0672525](#)).

DO OBJETO

(Art. 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto desta Carta-Contrato a prestação de serviço de consultoria pela CONTRATADA, com o objetivo de proceder a revisão e o alinhamento do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia com uso metodologia do Balanced Scorecard (BSC).

Subcláusula Primeira – O serviço ora contratado, que será mediante construção e implementação de Balanced Scorecard (BSC), visa implantar o modelo de gestão estratégica, envolvendo, necessariamente, as seguintes etapas:

- a) Diagnóstico organizacional e pesquisa de satisfação de todos os públicos;
- b) Avaliação dos resultados do plano 2015-2020;
- c) Revisão dos objetivos estratégicos;
- d) Revisão dos indicadores de esforço e resultado;
- e) Revisão do mapa estratégico;
- f) Revisão das metas estratégicas;
- g) Revisão da cadeia de valor;
- h) Avaliação e revisão dos processos de negócio, de apoio e gerenciais;

[illegible]



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

satisfação de todos os públicos												
Avaliação dos resultados do plano 2015-2020		X										
Revisão dos objetivos estratégicos			X	X								
Revisão dos indicadores de esforço e resultado				X	X							
Revisão do mapa estratégico					X	X						
Revisão das metas estratégicas						X	X					
Revisão da							X	X				



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cadeia de valor												
Avaliação e revisão dos processos de negócio, de apoio e gerenciais								X	X	X		
Revisão e repriorização dos projetos estratégicos										X	X	
Entrega dos produtos												X

Subcláusula Segunda – A fiscalização do cumprimento e dos prazos de cada etapa é de responsabilidade da Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão do TRE-RO.

DO VALOR

(Art. 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O valor total desta Carta-Contrato é de **R\$ 60.000,00** (sessenta mil reais), sendo que o valor contempla 102 horas de consultoria à distância no valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e, de forma opcional, 12 horas de consultoria presencial, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, inerentes aos procedimentos de execução dos serviços ora contratados, como impostos, taxas e demais encargos pertinentes, entre outros.

Subcláusula Segunda - As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia 2021, Programa de Trabalho 02122003320GP0011, Natureza da Despesa 33.90.35.01, consoante Nota de Empenho 2021NE000194, de 23/03/2021, consoante resumo a seguir:

ORÇAMENTO/CATEGORIA: Ordinário

AGREGADOR: Manutenção Geral

DESPESA AGREGADA: Apoio Administrativo, Técnico e Operacional

PLANO INTERNO: ADM APOIO

DO PAGAMENTO DA CONTRATAÇÃO

(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – O pagamento desta contratação observará o que segue:

Subcláusula Primeira - O CONTRATANTE efetuará o pagamento, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dia úteis, contados da data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal, regularmente certificada pela Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão do TRE-RO, aplicadas as retenções legais.

Subcláusula Segunda – No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça.

Subcláusula Terceira - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta ou em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à CONTRATADA.

Subcláusula Quarta - Havendo erro nos documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à contratada e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras notificadas pelo CONTRATANTE, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

Subcláusula Quinta – No caso de irregularidade fiscal, poderá a CONTRATADA receber o respectivo pagamento, desde que com autorização prévia da autoridade máxima do CONTRATANTE, acompanhada das devidas justificativas, sem prejuízo de eventuais penalidades.

Subcláusula Sexta - Caso a contratada não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento conforme ora descrito, poderá ser aplicada multa por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanção prevista neste instrumento. O pagamento será realizado com a devida retenção da multa a ser aplicada, o qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. (*Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012*).

Subcláusula Sétima - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Oitava - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

Subcláusula Nona – Nos eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação - que será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência e calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = \frac{0,00016438}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Décima - A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização da presente contratação serão exercidas pelo titular da Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão do TRE-RO e, na eventual ausência do titular mencionado, essas funções serão exercidas pelo seu respectivo substituto, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008/TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Única – A atuação ou a eventual omissão da gestão e da fiscalização durante a execução deste instrumento não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

(Art. 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Proceder os pagamentos nos termos especificados neste contrato;
2. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessário;
3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade observada na execução desta Carta-Contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo que a reincidência poderá acarretar a aplicação das sanções previstas no item 10 do Projeto Básico respectivo e na Cláusula Nona deste instrumento.
4. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com este instrumento, Projeto Básico respectivo e os termos de sua proposta;
5. Rejeitar, no todo ou em parte, o material diferente do proposto ou em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, ou, ainda, que apresente defeito, não sendo interrompida a contagem do prazo de entrega, arcando a CONTRATADA com o ônus decorrente desse atraso.
6. Verificar as condições de habilitação e qualificação do fornecedor, antes do pagamento.
7. Fiscalizar a correta prestação de serviços pela CONTRATADA;
8. Controlar a execução financeira do Contrato dentro do limite estabelecido;
9. Atestar e receber de forma provisória e de forma definitiva (se estiver de acordo com o pactuado) os serviços contratados;
10. Comunicar-se com a CONTRATADA por meio de correspondência oficial, utilizando-se mensagens eletrônicas (e-mails) e Correios, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

execução deste instrumento, inclusive alertando a empresa acerca da proximidade de obrigações e prazos que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;

11. Analisar e se manifestar sobre eventuais pedidos de prorrogação de prazo quanto ao objeto contratado; e

12. Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual e em seus anexos.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Art. 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – São obrigações da CONTRATADA:

1. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os produtos sejam fornecidos conforme proposta comercial, ressalvado à contratante o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar necessário, proceder à análise dos produtos fornecidos, ficando o ônus a cargo exclusivo da CONTRATADA.

2. Disponibilizar suporte técnico, de segunda a sexta-feira, de 8 às 18 horas (horário de Brasília), objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao conteúdo contratado.

3. Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e outras que incidam ou venham a incidir sobre o serviço ora contratado.

4. Responsabilizar-se pelas despesas com viagens, deslocamentos, hospedagem e alimentação resultantes da execução do contrato;

5. Manter, durante a execução da carta-contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao TRE-RO, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução contratual.

6. Fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pela CONTRATANTE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. Manter-se regular perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça, durante o período contratual.

8. Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência da Carta-Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas ao acordo entre as partes;

10. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

a) os pedidos de prorrogação de prazo deverão apresentar a devida justificada e ser dirigidos à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal deste instrumento, decidir acerca desses pedidos; e

b) somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para a entrega e a substituição do serviço, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008- TRE-RO.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Art. 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas nesta Carta-Contrato e anexos, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das penalidades descritas neste instrumento:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira - O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas, garantida a ampla e prévia defesa, sujeita a CONTRATADA à multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da carta-contrato, na forma seguinte:

- I - Multa de 1% (um por cento), em caso de atraso de até 10 (dez) dias;
- II - Multa de 2% (dois por cento), em caso de atraso superior a 10 (dez) dias, até o limite de 20 (vinte) dias;
- III - Multa de 3% (três por cento), cumulada com a rescisão do contrato, em caso de atraso superior a 20 (vinte) dias.
- IV - Atrasos superiores aos limites estabelecidos nos itens de I a III, caracterizarão a inexecução do ajuste.

Subcláusula Segunda - Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto desta Carta-Contrato, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Carta-Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Terceira - O procedimento para aplicação de sanções observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Quarta - - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas, devendo sempre



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

Subcláusula Quinta - Na aplicação das penalidades será sempre considerada a produção de prejuízo para o Contratante, podendo ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a juízo da Administração, observadas as regras da Instrução Normativa nº 004/08, disponível no site deste Tribunal.

Subcláusula Sexta - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas;

Subcláusula Sétima - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Oitava - Sem prejuízo da rescisão deste instrumento – decretada no exercício do juízo de conveniência e oportunidade da CONTRATANTE - as condutas de inexecução parcial desta Carta-Contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações, como aquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, podem ser sancionadas com a pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal - SICAF (art. 7º da Lei nº 10.520/2002).

Subcláusula Nona - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a contratada e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Décima - As multas previstas, não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração Contratante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Primeira - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

Subcláusula Décima Segunda - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada a CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação da CONTRATADA.

Subcláusula Décima Terceira - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado do pagamento da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário).

Subcláusula Décima Quarta - No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo pendente do valor das penalidades aplicadas ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União – DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quinta - De igual modo, no caso de a CONTRATADA não ter nenhum valor a receber deste Tribunal o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Sexta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Sétima - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Oitava - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2;

Subcláusula Décima Nona - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Vigésima - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção Das Penalidades deste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo administrativo respectivo desde que haja conveniência para o contratante; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência deste instrumento, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta – Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 65 e seus §§, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às requisições já efetuadas e aos serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta Carta-Contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Não há previsão de reajuste para a presente contratação.

Subcláusula Sétima – Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Art. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Art. 55, XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - À execução da presente Carta-Contrato e aos casos omissos, além das disposições previstas neste instrumento e no Projeto Básico e seus Anexos, aplicar-se-ão o disposto na Lei 8.666/1993 e alterações subsequentes, a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 e, supletivamente, a Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras da Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), bem como Resolução TSE n. 23.234/2010 e Resolução CNJ nº 325/2020.

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 25 de março de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	JOEL SOLON FARIAS DE AZEVEDO Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **JOEL SOLON FARIAS DE AZEVEDO, Usuário Externo**, em 25/03/2021, às 17:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 25/03/2021, às 18:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 26/03/2021, às 08:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 26/03/2021, às 11:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0675207** e o código CRC **FC42CEFB**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0001492-67.2020.6.22.8000

0675207v1

Criado por 006007062364, versão 1 por 006007062364 em 25/03/2021 15:40:08.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROJETO BÁSICO Nº 1/2021 - PRES/DG/ASPLAN

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos arts. 6º, IX, 7º, I e 14 da Lei 8.666/93 e da Resolução TSE n. 23.234/2010, em conformidade com Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO, apresenta-se este Projeto Básico com a finalidade de auxiliar o procedimento administrativo pertinente com vistas à contratação de empresa especializada de consultoria com o objetivo de proceder a revisão e o alinhamento do plano estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia com uso da metodologia balanced scorecard (bsc).

2. DA JUSTIFICATIVA

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia definiu em dezembro de 2009 os seus componentes estratégicos - Visão, Missão e Objetivos - que norteiam o planejamento tático e operacional, para o sexênio 2021/2026.

O Plano Estratégico é uma ferramenta de gestão imprescindível ao sucesso das organizações, pois promove a reestruturação do processo de planejamento nos três níveis: estratégico, tático e operacional, para fazer frente aos novos desafios. Além da formulação dos componentes estratégicos que atendem às imposições e pressões da sociedade é essencial que a execução dos objetivos de longo prazo sejam acompanhados e mesurados por meio de indicadores de performance, implantando-se, com isso, a cultura da gestão estratégica.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por essa razão, a metodologia aplicada para garantir a gestão estratégica e que segue a orientação da estratégia nacional do judiciário (CNJ) é o Balanced Scorecard (BSC), compreendendo todo ciclo, ou seja: - análise do ambiente de negócios, formulação dos objetivos estratégicos, implementação e avaliação, e aprendizagem.

Assim, considerando a proximidade do final do período estipulado para o plano vigente (2020), é urgente que se promova a revisão do Plano Estratégico atual e o alinhamento de toda organização à estratégia, identificando os fatores críticos de sucessos e a sua conexão com os processos organizacionais necessários ao alcance dos objetivos estratégicos.

2.1 ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE/RO

A pretendida contratação visa revisar o Planejamento Estratégico do Tribunal.

2.2 ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Projeto Básico correrão com recursos do Orçamento Anual de 2021 deste Tribunal, cuja fonte de recurso, programação orçamentária e natureza de despesa são:

ORÇAMENTO/CATEGORIA: Ordinário

AGREGADOR: Manutenção Geral

DESPESA AGREGADA: Apoio Administrativo, Técnico e Operacional

PLANO INTERNO: ADM APOIO

3. DO OBJETO

Contratação da empresa ProValore Consultoria de Gestão e Treinamento Gerencial Ltda, CNPJ nº 12.991.627/0001-30, para prestação de serviços de consultoria visando a revisão e o alinhamento do

Etapas	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Semana 5	Semana 6	Semana 7	Semana 8	Semana 9	Semana 10	Semana 11	Semana 12
---------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Diagnóstico organizacional e pesquisa de satisfação de todos os públicos	X											
Avaliação dos resultados do plano 2015-2020		X										
Revisão dos objetivos estratégicos			X	X								
Revisão dos indicadores de esforço e resultado				X	X							
Revisão do mapa estratégico					X	X						
Revisão das metas estratégicas						X	X					
Revisão							X	X				



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da cadeia de valor												
Avaliação e revisão dos processos de negócio, de apoio e gerenciais								X	X	X		
Revisão e repriorização dos projetos estratégicos										X	X	
Entrega dos produtos												X

A fiscalização do cumprimento e dos prazos de cada etapa é de responsabilidade da Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão do TRE/RO.

4. DA INEXIGIBILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Embora a regra em nosso ordenamento jurídico seja pela contratação indireta, a própria Lei 8.666/93 reconhece que existem determinadas situações em que não é cabível a realização do certame, tratando-se a hipótese em análise em uma dessas exceções.

Situações concretas geram inexigibilidade da licitação quando a administração necessita contratar serviços técnicos especializados com um elevado grau de aprimoramento alcançado por seus executores.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Para tanto, deverá ser identificada a natureza singular do serviço prestado, a sua pertinência com as necessidades da Administração e a sua subsequente aderência com as previsões do ordenamento jurídico.

A legislação pertinente à matéria, subsumida na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 25, permite tal entendimento quando trata da questão de inexigibilidade:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.”

Nessa sequência, cabe a transcrição do art. 13 do mesmo diploma legal:

“Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

II - pareceres, perícias e avaliações em geral;

III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

VI- treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

VII - restauração de obras de arte e bens de valor histórico.”

Consoante o texto legal, infere-se que a atividade objeto da presente representação encontra guarida nos incisos III do art. 13 da Lei 8.666/93, por tratar-se de serviço técnico profissional especializado relativo a Consultoria Técnica.

Corroborando no conceito de natureza singular de que trata o art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993 não está vinculado à ideia de unicidade, mas de complexidade e especificidade. Dessa forma, a natureza singular não deve ser compreendida como ausência de pluralidade de sujeitos em condições de executar o objeto, mas sim como uma situação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

diferenciada e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado.
(ACÓRDÃO 2993/2018-PLENÁRIO| RELATOR: BRUNO DANTAS)

Desse modo, a inviabilidade de competição, na hipótese do inciso II do art. 25, não decorre ausência de prestadores capacitados, mas sim da impossibilidade da definição de critérios objetivos de seleção inerentes ao processo de licitação, conforme enunciado da Súmula nº. 39 do Tribunal de Contas da União – TCU:

Súmula 39/2011: A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado. (SÚMULA TCU Nº. 252 - ACÓRDÃO Nº. 618/2010 – PLENÁRIO).

Conforme se pode constatar na definição do objeto e na justificativa da contratação (itens 02 e 03 deste PB), **trata-se da contratação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria** visando a revisão e o alinhamento do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, instituída pela Resolução CNJ nº 325/2020, com uso metodologia do Balanced Scorecard (BSC), perfeitamente amoldado à hipótese do inciso III do art. 13 da Lei 8.666/93. Logo, o primeiro requisito está atendido, restando verificar a caracterização da singularidade do serviço e a demonstração da notória especialização do contratado.

Em relação à sua singularidade, o serviço que se pretende contratar é específico de revisão do planejamento estratégico do Tribunal, em que a atuação do consultor será determinante para o alcance dos resultados pretendidos.

Conforme resumo do currículo na proposta da empresa, o consultor Joel Solon Farias de Azevedo, além MBA, CBPP Consultor e Professor de pós-graduação nas áreas de Gestão da Estratégia, Processos, Projetos e Pessoas, atuou por 6 anos no Judiciário, nas áreas de gestão estratégica do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça, **onde foi responsável pela coordenação da implantação do**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário. Dessa forma, a singularidade do serviço resta demonstrada, uma vez que a consultoria a ser prestada é diferenciada em relação as demais presentes no mercado.

No tocante a demonstração da notória especialização, a empresa **PROVALORE CONSULTORIA DE GESTÃO E TREINAMENTO GERENCIAL LTDA**, CNPJ 12.991.627/0001-30, é uma empresa de consultoria de gestão e treinamento gerencial que atua no alinhamento estratégico das organizações, dos recursos e das pessoas e na melhoria da governança e gestão com foco na otimização das estruturas e dos processos de trabalho, visando o aumento da produtividade, da satisfação dos clientes e da qualidade de vida dos colaboradores.

Atualmente, a empresa é responsável pela Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Amapá ([0662059](#)), além de ter prestado serviço para outros clientes da Justiça Eleitoral ([0662066](#)).

Conclui-se, portanto, que restam preenchidos todos os requisitos para a contratação direta da empresa, nos termos do artigo 25, II c/c artigo 13, III da Lei 8.666/1993 e das súmulas 252/2010, 39/2011 e 264/2011 do Tribunal de Contas da União.

5. DO VALOR

O valor da proposta é de **R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**, contemplando 102 horas de consultoria à distância no valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) e, de forma opcional, 12 horas de consultoria presencial, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

5.1 DA COTAÇÃO DE PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO

Conforme Extrato de Contrato Publicado no DJe ([0662059](#)) e Propostas Comerciais em anexo ([0662060](#) e [0662061](#)), os preços contratados com outras entidades públicas são os seguintes:

TJ- AP (0662059)	R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais)
---------------------------------------	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AP (0662060)	TRE-	R\$ 129.000 (cento e vinte e nove mil reais)
(0662061)	TRE-MG	R\$ 173.900,00 (cento e setenta e três mil e novecentos reais)
Proposta Comercial (0609102)		R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Dessa forma, a proposta comercial apresentada se coaduna com os preços praticados no mercado.

6. DADOS DA EMPRESA

ProValore Consultoria de Gestão e Treinamento Gerencial Ltda, CNPJ nº 12.991.627/0001-30.

Endereço: SCLRN 705 Bloco E Loja 08 - Asa Norte - Brasília – DF.

Consultoria: 61 40423586 e 61 981113586

Representante da empresa: Joel Solon Farias de Azevedo

Portal: www.provalore.com.br

Dados bancários: Banco Itaú, Agência 1584, Conta Corrente 38.631-0.

7. DA CARTA-CONTRATO

O prazo da contratação almejada será de 03 (três) meses, a contar da data da assinatura da carta-contrato no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, podendo ser prorrogado, a fim de garantir ou assegurar direitos da Administração contratante, sem prejuízo do prazo de garantia do objeto.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.1 OBRIGA-SE A CONTRATADA

8.1.1. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os produtos sejam fornecidos conforme proposta comercial, ressalvado à contratante o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar necessário, proceder à análise dos produtos fornecidos, ficando o ônus a cargo exclusivo da CONTRATADA.

8.1.2. Disponibilizar suporte técnico, de segunda a sexta-feira, de 8 às 18 horas (horário de Brasília), objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao conteúdo contratado.

8.1.3. Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e outras que incidam ou venham a incidir sobre o serviço ora contratado.

8.1.4. Responsabilizar-se pelas despesas com viagens, deslocamentos, hospedagem e alimentação resultantes da execução do contrato;

8.1.5. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao TRE/RO, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato.

8.1.6. Fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pela CONTRATANTE

8.1.7. Manter-se regular perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça, durante o período contratual.

8.2. OBRIGA-SE A CONTRATANTE

8.2.1. Proceder os pagamentos nos termos especificados neste contrato.

8.2.2. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade observada na execução do Contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo que a reincidência poderá acarretar a aplicação das sanções previstas no item nove deste Termo.

8.2.4. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com este Termo de Referência e os termos de sua proposta;

8.2.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o material diferente do proposto ou em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, ou, ainda, que apresente defeito, não sendo interrompida a contagem do prazo de entrega, arcando a CONTRATADA com o ônus decorrente desse atraso.

8.2.6. Verificar as condições de habilitação e qualificação do fornecedor, antes do pagamento.

9. DO PAGAMENTO

A Administração Contratante efetuará o pagamento em parcela única, no valor informado no item 5, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal, regularmente certificada pela Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão do TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

No ato do pagamento, o contratado deverá ter a situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)I = (6/100) I = 0,00016438$$

$$365 TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas, garantida a ampla e prévia defesa, sujeita a contratada à multa, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I multa de 1% (um por cento), em caso de atraso de até 10 (dez) dias;

II multa de 2% (dois por cento), em caso de atraso superior a 10 (dez) dias, até o limite de 20 (vinte) dias;

III multa de 3% (três por cento), cumulada com a rescisão do contrato, em caso de atraso superior a 20 (vinte) dias.

IV - Atrasos superiores aos limites estabelecidos nos itens de I a III, caracterizarão a inexecução do ajuste.

10.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração-Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.3 As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração-Contratante.

10.4 Se a adjudicatária ou contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pelo SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011. Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

10.5 O valor da multa ou condenação aplicada será recolhido por meio de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

10.6 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

10.7 Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI –Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO.

11. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO

11.1 A Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão do TRE/RO será a unidade responsável pela FISCALIZAÇÃO do contrato, incluindo a certificação da nota fiscal, e também pela GESTÃO

11.2. A Gestão do contrato será realizada pelo titular da Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão do TRE/RO, ou por quem o substituir, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

11.3. A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela entrega dos materiais.

11.4. A comunicação entre a fiscalização e a Contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações, utilizando-se mensagens eletrônicas (e-mails) e Correios.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. ANEXOS

1. Proposta Comercial ([0609102](#));
2. Contrato Social ([0609109](#), [0609112](#) e [0609113](#));
3. Preços praticados no mercado ([0662059](#), [0662060](#) e [0662061](#));
4. Certidão de Regularidade do FGTS ([0662112](#));
5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([0609116](#));
6. Certidão negativa de Tributos Federais ([0609121](#));
7. Certidão Negativa de Improbidade ([0662113](#)).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO RAMOS ESPICALSKY**, Assessor, em 22/02/2021, às 17:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0662116** e o código CRC **02D65D56**.

0001492-67.2020.6.22.8000

0662116v5

Criado por 026098941465, versão 5 por 026098941465 em 22/02/2021 17:35:18.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001492-67.2020.6.22.8000

INTERESSADO: ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGIA E GESTÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Inexigibilidade de licitação. Serviços técnicos de consultoria para construção e implementação de *Balanced Scorecard* (BSC), com objetivo de proceder a revisão e o alinhamento do Planejamento Estratégico – Contratada: PROVALORE CONSULTORIA DE GESTÃO E TREINAMENTO GERENCIAL LTDA-ANÁLISE.

PARECER JURÍDICO Nº 12 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Assessoria de Planejamento da Diretoria Geral – ASPLAN, com vistas a contratar diretamente a empresa **PROVALORE CONSULTORIA DE GESTÃO E TREINAMENTO GERENCIAL LTDA, CNPJ nº 12.991.627/0001-30**, para prestar serviços de consultoria para construção e implementação de *Balanced Scorecard* (BSC), com objetivo de proceder a revisão e o alinhamento do Planejamento Estratégico do Tribunal regional Eleitoral de Rondônia.

02. No Despacho nº 1861/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0608317](#)), o titular da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) autoriza a elaboração do estudo técnico preliminar (ETP) e do projeto básico (PB), solicitada pela coordenadora da unidade citada contida na Solicitação de Contratação 1 ([0608270](#)).

03. Em seguida, a unidade demandante juntou o ETP – Para Dispensas e Inexigibilidades 1 ([0608698](#)) e, após diversas providências, o PB nº 1/2020 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0662116](#)), contendo a especificação do objeto, a justificativa, critérios de aceitação do objeto, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento e de contrato, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as penalidades, o prazo de execução e quanto a gestão e fiscalização.

04. Dimensionou-se o valor total da contratação em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), sendo que o valor contempla 102 horas de consultoria à distância no valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) e, de forma opcional, 12 horas de consultoria presencial, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Visando conferir a regularidade da empresa, juntou-se aos autos: Certidão de Regularidade do FGTS ([0662112](#)), Certidão Negativa Tributos Federais ([0609121](#)); Certidão Negativa Trabalhista ([0609121](#)) e Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0662113](#)).

06. Por intermédio do Despacho nº 248/2021 ([0663411](#)), o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade direcionou os autos à COMAP para a análise do Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos, à COFC para programação orçamentária da possível despesa, à SECONT para elaboração de minuta do instrumento contratual e, por último, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico, com vistas ao retorno dos autos ao Gabinete da SAOFC para a devida manifestação e prosseguimento do feito.

07. A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação do Projeto Básico, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO nº 004/2008, concluiu que o PB juntado se encontra em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I, e art. 14 da Lei nº 8.666/93, ao tempo que se manifestou, caso a Autoridade Superior aprove o Projeto Básico, pela adjudicação do objeto à empresa, mencionada, consoante Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 8/2021 ([0667814](#)).

08. Em seguida, a SPOF ([0668373](#)) procedeu a Programação Orçamentária no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), indicando o Pré-Empenho nº 2021ND000130, para custear a despesa, oportunidade em que a unidade informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).

09. A SECONT carreteou aos autos minuta da carta-contrato ([0668658](#)), elaborada com base nas informações constantes no evento 0662116 e anexos (Remessa nº 32/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT - [0668659](#)).

10. Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**

II– DA ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de exceções à regra geral.

12. Não por outro motivo, a Lei nº 8.666/93 disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

13. Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração de contratar serviços de consultoria técnica - situação definida pela Lei de Licitações em seu **art. 13, inc. III** - tem aplicação, em princípio, a inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I – [...]

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

[...]

14. Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu ser inexigível a dispensa de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, cuidou de qualificar tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: **a) natureza singular; b) prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

15. Quanto à singularidade, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o serviço técnico, especificado no item 3, esclarecido também no item 4, todos do PB ([0662116](#)), foi formatado para atender às necessidades específicas desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

16. A esse propósito, veja-se a lição de **Jacoby**: “Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7ª edição, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas através da sua Súmula nº 39, *verbis*:

A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

18. Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração - tão só - da singularidade para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos comprovação da notória especialização da empresa a ser contratada atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º, da Lei nº 8.666/93**, *verbis*:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

19. Referida comprovação, por sua vez, também atende à **recomendação** contida em decisões majoritárias do TCU, **todas** exigindo a demonstração de ambos os requisitos, *vg*:

Decisão TCU n. 103/98 – Plenário:

1.6 - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a inviabilidade de competição.

20. Em arremate, releva transcrever ementa do voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS. COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (**Grifou-se**).

21. Embora se trate de serviço que pode ser contratado diretamente, a Lei n 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; **b)** a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

22. As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor** e a **justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas no Projeto Básico, esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados pela Administração Pública ([0662059](#), [0662060](#) e [0662061](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

23. Por sua vez, o **Projeto Básico 1 (0662116)**, complementado por seus Anexos, possui, sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual **pode ser apresentado a autoridade competente** para sua aprovação, se assim entender.

III – DA CONCLUSÃO

24. Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela possibilidade da contratação direta da empresa **PROVALORE CONSULTORIA DE GESTÃO E TREINAMENTO GERENCIAL LTDA**, CNPJ nº 12.991.627/0001-30, na medida em que está configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista no **art. 25, II c/c art. 13, III**, ambos da **Lei nº 8.666/93**, e, também, fundamentada nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Súmula TCU nº 39**, porquanto demonstrou que está apta a contratar com o setor público, situação que deverá ser aferida e reafirmada no ato da contratação, inclusive com a juntada de novas certidões comprobatórias de regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e de inexistência de improbidade administrativa e inelegibilidade.

25. Quanto à minuta da carta-contrato **juntada aos autos (0668658)**, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **merecendo reparo apenas no seguinte:**

- Na cláusula quinta, subcláusula primeira, retirar do trecho “após a disponibilização dos códigos de acesso aos relatórios”, pois não está condizente com o Capítulo 9 do PB nº1 (0662116);
- Na cláusula nona, alterar o termo nota de empenho por contrato, conforme subitem 10.2 do PB acima citado;

26. Do mais, o instrumento está apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim sendo, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos.

27. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 12/03/2021, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 12/03/2021, às 14:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0670296** e o código CRC **32E506CC**.

0001492-67.2020.6.22.8000

0670296v8

Criado por 014827562356, versão 8 por 004891562321 em 12/03/2021 14:30:52.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001492-67.2020.6.22.8000

INTERESSADO: ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

ASSUNTO: Contratação de serviços técnicos de consultoria para construção e implementação de *Balanced Scorecard*.

DESPACHO Nº 311 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Assessoria de Planejamento da Diretoria-Geral - ASPLAN, visando a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, da empresa ProValore Consultoria



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Gestão e Treinamento Gerencial LTDA, CNPJ nº 12.991.627/0001-30, para prestar serviços de consultoria para construção e implementação de *Balanced Scorecard* (BSC), com objetivo de proceder a revisão e o alinhamento do Planejamento Estratégico deste Tribunal ([0535597](#)).

Carreou-se aos autos a Solicitação de Contratação nº ([0608270](#)), Estudo Técnico Preliminar para Dispensa e Inexigibilidade de Licitação ([0608698](#)) e, após diligências, o Projeto Básico 1 ([0662116](#)), que estima o valor da contratação em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme item 5.

A regularidade fiscal e trabalhista da empresa foi comprovada pela certidão de tributos federais ([0609121](#)); certidão de obrigações trabalhistas ([0609116](#)); certidão do CNJ ([0662113](#)) e certidão FGTS ([0662112](#)).

A COMAP concluiu pela regularidade do PB, integrado pela proposta técnica e comercial juntada no evento nº [0609102](#), por estar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei nº 8.666/93, e manifestou-se pela adjudicação do objeto à referida empresa ([0667814](#)).

A COFC/SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária [0668373](#), registrando que a despesa pretendida está adequada orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA e LDO referentes a este exercício financeiro.

Por sua vez, a SECONT elaborou minuta de carta-contrato ([0668658](#)) e encaminhou os autos à AJDG, a qual, em análise, aprovou os seus termos, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, pontuando os reparos que entendeu necessários. Ademais, concluiu pelo enquadramento da contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no art. 25, II c/c art. 13, III, ambos da Lei nº 8.666/93 ([0670296](#)).

Instada, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e se manifestou pela aprovação do ETP e do projeto básico; autorização da despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação; contratação direta da empresa, desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação; e pela publicação da dispensa apenas no DJE, em prestígio ao princípio da publicidade ([0671393](#)).

Inicialmente, observa-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, uma vez que a escolha do fornecedor e a justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória pelas razões expostas no Projeto Básico,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados pela Administração Pública.

Verifica-se, ainda, que o Projeto Básico ([0662116](#)), complementado por seus Anexos, possui, sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual está apto a ser aprovado.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, esta Diretora-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade, reconhecida pela SAOFC, e por consequência:

1. Aprova o Estudo Técnico Preliminar ([0608698](#)) e o Projeto Básico 1 ([0662116](#)), pois possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do art. 6º, IX, c/c art. 7º, I, e art. 14 da Lei nº 8.666/93;

2. Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, II c/c art. 13, III, ambos da Lei nº 8.666/93;

3. Adjudica o objeto à empresa ProValore Consultoria de Gestão e Treinamento Gerencial Ltda., CNPJ nº 12.991.627/0001-30 e **autoriza a emissão de Nota de Empenho**, em seu favor, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); e

4. Determina a publicação do ato de ratificação da inexigibilidade no Diário Oficial da União - DOU, para cumprimento do art. 26 da Lei de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação supera o patamar da dispensa legal e no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em homenagem ao princípio da publicidade.

À **SECONT** para os reparos da minuta de carta-contrato ([0668658](#)), em atenção aos itens 25 e 26 do Parecer Jurídico AJDG [0670296](#).

À **SAOFC** para a continuidade dos atos necessários à contratação objeto destes autos, condicionada à necessária atualização prévia dos documentos de habilitação



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 19/03/2021, às 18:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0672525** e o código CRC **ED793509**.

0001492-67.2020.6.22.8000

0672525v31

Criado por 015949082372, versão 31 por 004577222313 em 19/03/2021
18:11:05.